



## **Gritos parados no ar: uma reflexão sobre processos de interdição em rádios comunitárias<sup>1</sup>**

Ana Luisa Zaniboni Gomes<sup>2</sup>

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

### **Resumo**

Este artigo tem o propósito de ordenar, conceitualmente, algumas reflexões sobre estigmas, estereótipos e preconceitos, aproximando-as da prática cotidiana das rádios comunitárias, aqui analisada como espaço real de interdição. No relato do percurso inicial de quatro emissoras recentemente legalizadas no município de São Paulo é possível localizar algumas das interdições a que estão submetidas enquanto expressões socioculturais e comunicacionais de um mundo em constante renovação simbólica e tecnológica. Tais retratos são essenciais para diagnosticar processos, influências e discursos que marcam a construção das identidades dessas emissoras, ao mesmo tempo em que nos ajudam a compreender o tipo de negociação que mantêm, enquanto estruturas estigmatizadas, com os espaços ditos “estabelecidos” da sociedade.

### **Palavras-chave**

Rádio comunitária; comunicação comunitária; comunicação alternativa; censura; interdição discursiva.

### **Corpo do trabalho**

Na tarde de oito de abril de 2009, a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), autarquia federal que regula, fiscaliza e outorga os serviços de telecomunicações do Brasil, protagonizou um curioso ato público com palco montado no hangar da Vasp - Viação Aérea de São Paulo, no aeroporto de Congonhas, zona sul da capital paulista.

Tendo como plateia o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, a vice-prefeita Alda Marco Antonio, secretários municipais, funcionários da Anatel, além de policiais federais e jornalistas convidados, entrou em cena um trator com rolo compressor e

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação - GP Rádio e Mídia Sonora, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Bacharel em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Especialista em Gestão de Processos Comunicacionais pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, Mestre em Ciências da Comunicação e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da ECA/USP. Jornalista profissional diplomada, dirige o Núcleo de Rádio da OBORÉ Projetos Especiais desde 1995. Endereço eletrônico: analuisa@obore.com; analuisagomes@usp.br



destruiu cerca de oito toneladas de equipamentos apreendidos em operações de fiscalização de emissoras de rádio comunitárias e piratas. Ao todo, 17 mil discos e cds, 750 transmissores, 70 antenas e dezenas de computadores e aparelhos de som viraram sucata.<sup>3</sup>

A Agência justificou a ação afirmando que todos os equipamentos destruídos não eram homologados e provocavam interferências no controle de tráfego aéreo e nas transmissões de emissoras comerciais. Eles teriam sido apreendidos nos últimos cinco anos, em todo o estado, e correspondiam a dois mil processos concluídos pela Justiça, que autorizara sua destruição. Para o gerente da regional paulista da Anatel, Everaldo Gomes Ferreira, essas emissoras nunca buscaram a legalização: “Até onde sei, o Ministério das Comunicações tenta localizar os responsáveis, manda correspondência para solicitar documentação mas essas pessoas não são localizadas”. Para o prefeito Kassab, o material foi destruído para mostrar que não haverá tolerância: “Nosso objetivo é fechar todas as rádios piratas e ilegais. Se é clandestina, tem que ser eliminada”, sentenciou.

Não por acaso, dirigentes de entidades e de organizações sociais ligadas a movimentos de defesa da democratização dos meios de comunicação compararam o recente episódio às conhecidas práticas ditatoriais típicas de estados totalitários. E até mesmo aos hediondos espetáculos públicos organizados pelos mecanismos da Inquisição, cujo papel, tanto na esfera pública quanto na privada, era o de reprimir o comportamento desviante daquele estabelecido pela classe hegemônica, impossibilitando, sobretudo, a circulação da informação e do conhecimento.

Historicamente, são várias as nuances que envolvem as noções de interdição e censura. Costa (2006:34) define a censura como “o controle das idéias e das manifestações de crença, sentimento e crítica”. Para Orlandi (1997:33), são todas as interdições da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas. Para Berg (2002:53), “a censura não é senão parte do complexo aparelho montado por aqueles que detêm o poder, para controle da sociedade.”

Essas definições são aqui utilizadas para ajudar a compreender as lógicas e os sentidos que foram assumindo os estigmas, os estereótipos e os preconceitos, ao longo do tempo, gerando discursos discriminatórios sobre as mídias populares, especialmente

---

<sup>3</sup> Para mais detalhes, ver notas publicadas nos sites do Observatório do Direito à Comunicação (10.04.2009) e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (09.04.2009).



as rádios comunitárias, e legitimando, no cotidiano, níveis de poder em todo e qualquer julgamento acerca de seus propósitos, de sua relevância social, de sua competência. Mas, sobretudo, de seu direito a existir.

Para iniciar as reflexões aqui propostas, recuperamos os conceitos de comunicação popular, comunitária e alternativa, localizamos a nascente comunitária do rádio e apresentamos o painel ressignificado desse tipo de comunicação, na era do ciberespaço. Em seguida, transitamos no campo das interdições discursivas através dos conceitos de estigma, estereótipo e preconceito, e sua aplicação, na prática cotidiana, tanto nos discursos externos generalizados quanto no discurso interno, das próprias rádios, alguns aqui relatados. Ao fim, com o sentido de apontar mais um lugar de reflexão para atualizar o tema das interdições, indagamos sobre o futuro deste rádio que oscila ora no campo estigmatizado ora no campo estabelecido, mas que entra em cena aberta e veio para ficar.

### **Comunicação popular, comunitária e alternativa: contextualizações**

No Brasil do século XX, os fenômenos da comunicação alternativa e da comunicação popular manifestadas nas décadas de 1970 e 1980 tipificam a luta dos movimentos sociais e políticos pela reconquista dos espaços democráticos negados pela ditadura militar (1964 a 1985). Coube a esses veículos e espaços não-tradicionais o papel revelador “dos acontecimentos ocorridos nos círculos de poder, no interior da sociedade civil e entre os movimentos populares”. (FESTA, 1986, p.16).

No começo dos anos 1970 os meios de comunicação de massa estavam sob rigorosa censura mas recebiam extraordinários incentivos econômicos e fiscais favorecendo uma rápida modernização de suas instalações. O pior entrave ideológico que impuseram à sociedade civil foi o de definir e estabelecer a temática e as áreas do discurso social. Ou seja, os grandes meios basicamente direcionavam a discussão da sociedade civil tanto através da negação da informação quanto da permanente explicitação de interesses políticos e econômicos da classe dominante.

Segundo Regina Festa (1986), o termo imprensa alternativa é de domínio comum da sociedade brasileira e identifica um tipo de jornal tablóide ou revista, de oposição, dos anos 1970, cuja venda era feita em bancas ou de mão em mão. Eram publicações de caráter cultural, político e expressavam interesses da média burguesia,



dos trabalhadores e da pequena burguesia. Nesses espaços os grupos de oposição ou frentes políticas emitiam uma corajosa condenação ao regime político.

Por sua vez, a comunicação popular nasce no Brasil a partir dos movimentos sociais mas sobretudo da emergência do movimento operário e sindical tanto na cidade quanto no campo (1970 a 1978). Muitos outros movimentos adotaram a comunicação como processo de transmissão e participação na informação através de um trabalho coletivizado, privilegiando a cultura, o imaginário, o humor, as festas, a música, as expressões populares. As produções audiovisuais ganharam novo dinamismo, adaptadas às conquistas do próprio avanço das forças populares.

### **O rádio na esfera comunitária**

Como contraponto à concentração de emissoras em sistemas de exploração comercial e ao monopólio de controle do Estado surgem no Brasil, na década de 1970, as rádios livres que “procuram abrir possibilidades para uma apropriação coletiva dos meios e apresentam uma mensagem alternativa cujo objetivo é atingir não mais as grandes massas mas as minorias e os grupos socialmente marginalizados”. (ORTRIWANO, 1985, p.34). Também chamadas de clandestinas ou piratas, elas existiram desde o início da radiodifusão mas ganharam impulso político a partir dos anos 1970, associados aos movimentos libertários especialmente em países como Itália e França.

Vistas inicialmente como uma atividade de adolescentes procurando um meio próprio de expressão, dados os baixos custos e as facilidades tecnológicas para a montagem dos equipamentos e transmissores de FM, as rádios livres protagonizaram importantes mobilizações por alterações no então Código Brasileiro de Telecomunicações de forma a que fosse permitida a existência de espaço para emissoras alternativas, de pequeno alcance e que não explorem a publicidade comercial, abrindo caminhos legais para a efetiva utilização desse novo tipo de exploração do rádio.

Peruzzo (1988:241) refere-se à possibilidade de a primeira rádio livre ter sido uma emissora sindical que foi ao ar na Áustria, em 1925. Registra também que vem da Inglaterra a expressão rádio pirata: para burlar o controle oficial e promover produtos de grandes empresas transnacionais, algumas emissoras (como é o caso da Rádio Merkur FM, em 1958) faziam suas transmissões a partir de barcos que navegavam fora dos limites de suas águas territoriais.



Na América Latina, as experiências de rádios livres são das décadas de 1970 e 1980 e estão ligadas à educação e emancipação social e política dos povos latino-americanos. Neste contexto estão as rádios guerrilheiras em Cuba e El Salvador, as rádios mineiras bolivianas (entidades coletivas e de propriedade dos sindicatos) e as rádios revolucionárias nicaraguenses (PERUZZO,1998:215-240). No Brasil, as rádios livres surgem como contraponto à concentração de emissoras nas mãos de grupos empresariais e rebeldia ao monopólio do Estado como concedente. Defendem a apropriação coletiva dos meios e apresentam uma mensagem alternativa “para atingir não mais as grandes massas mas as minorias e os grupos socialmente marginalizados” (ORTRIWANO, 1985:34).

Os alto-falantes também são utilizados como rádios do povo desde os anos de 1970 em várias partes do continente latino-americano por associações e movimentos que, não podendo operar emissoras convencionais em razão das limitações impostas pelo sistema de concessão de canais e pelas condições econômicas, valem-se desse instrumento para transmitir programas e satisfazer, assim, algumas de suas necessidades de comunicação (PERUZZO, 1998:159-161). Consiste em instalação de cornetas ou alto-falantes em topos de postes e ligados a um sistema de som com gravadores. Surgiram da necessidade de se usarem meios mais eficientes de mobilização popular pois panfletos e outros materiais escritos eram muito limitados. Em alguns relatos de experiências comunitárias são também referidos como rádio-poste ou rádio-corneta. Datam desta época o início das transmissões em baixa potência, as rádios comunitárias. Reconhecidas por sua gestão pública, programação plural e pelos serviços que prestam à comunidade, conquistaram legislação específica em 1998.

Transitando na contra-mão das grandes linhas do desenho rascunhado pela globalização, o movimento das rádios comunitárias - que preconizou, nos anos 1980, a luta pela democratização dos meios de comunicação no país - adquiriu expressividade social e política nacional, com articulações nos estados e nos municípios brasileiros (PERUZZO,1998: 252-253). Entretanto, a diversidade do caráter e da função dessas emissoras, aliada às regras restritivas para suas operações e a morosidade do gestor federal na liberação das concessões marcaram o cenário dessas rádios de contradições e interdições que perduram até hoje (PERUZZO, 2006: 183-185).

Frente aos novos paradigmas que marcam o mundo contemporâneo e, em especial, ao novo lugar que ocupam a sociedade e a cidadania no contexto da



democracia brasileira do século XXI, as diversas mídias de base alternativa também recriaram suas práticas, gerando novas categorizações e referenciais.

Em Peruzzo (2009), encontramos um painel conceitual ressignificado sobre comunicação alternativa, popular e comunitária na era do ciberespaço, com base nas motivações, estratégias de atuação e gestão e nos conteúdos e contextos históricos em que tais práticas se construíram.

“Entendemos por comunicação alternativa uma comunicação livre, ou seja, que se pauta pela desvinculação de aparatos governamentais e empresariais de interesse comercial e/ou político conservador. Não se trata unicamente de jornais, mas de outros meios de comunicação como o rádio, vídeo, panfleto etc. Historicamente, a posição político-ideológica deste tipo de comunicação no Brasil é de caráter contestador ao *status quo* e serve como canal de expressão de setores subalternos organizados da população com vistas a obter respostas para suas demandas ligadas às carências sociais e econômicas advindas das desigualdades sociais (condições de moradia, de saúde), bem como às lutas para democratizar a política e a sociedade, além daquelas do mundo do trabalho visando melhorar a distribuição de renda e as condições de execução das tarefas produtivas.” (PERUZZO, 2009, p.133).

No entanto, parece procedente afirmar que à ressignificação conceitual da comunicação de base alternativa não correspondeu uma ressignificação das interdições nela assistidas. O que se nota é uma cristalização de opiniões oriundas do senso comum acerca da comunicação produzida fora dos grandes meios, principalmente se analisarmos, no caso das rádios comunitárias, não só o histórico por elas percorrido em busca de legalização como também o significado dos discursos sobre a imagem que algumas dessas emissoras se atribuem, dentro do novo ambiente de legalidade e globalidade em que agora se inserem.

### **Interdições discursivas: estigmas, preconceitos e estereótipos**

Em Goffman (1978:11-13), o termo estigma refere-se a um atributo profundamente depreciativo. Os gregos já utilizavam o conceito para evidenciar algo negativo ou o excepcionalmente positivo sobre alguém, geralmente percebido através de um sinal ou uma marca física distintiva. Para Elias & Scotson (2000), trata-se de um conceito socialmente determinado:

“A estigmatização, com um aspecto entre estabelecidos e outsiders, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a



aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo outsider.” (ELIAS & SCOTSON, 2000:35).

Em Mazzara (1999) encontramos o significado etimológico de preconceito como o juízo prévio à experiência, ou seja, um julgamento de valor sem dados empíricos que o justifiquem. Mas o autor também utiliza o termo como uma disposição negativa, “a tendência em considerar, de forma injustificadamente desfavorável, as pessoas que pertencem a um determinado grupo social”. (MAZZARA, 1999:12).

Em seus estudos sobre a maneira como o mundo atual incorporou e adensou a convivência com valores impregnados de preconceitos e estereótipos, Mazzara destaca o duplo aspecto, mental e performativo, do preconceito, já que este não se limita a apenas emitir juízo de valor mas de sugerir e orientar condutas cotidianas.

O fato é que, enquanto tendência a pensar e a atuar de forma desfavorável frente a um determinado grupo, o preconceito apoia-se na convicção de que esse grupo ou categoria possui traços negativos. Nesse sentido, o autor tende a considerar que o núcleo cognitivo do preconceito é o estereótipo, por ele definido como “o conjunto coerente e rígido de crenças negativas que um certo grupo compartilha a respeito de outro grupo ou categoria social”. (MAZZARA, 1999:16).

Importante destacar suas observações sobre o fato de que a quase todos os possíveis agrupamentos sociais são depositadas expectativas que podem tomar a forma de estereótipo:

“eles formam parte da grande família dos processos psicológicos que nos permitem responder de forma rápida e eficaz aos estímulos do ambiente, ainda que a informação de que dispomos não seja suficiente para uma análise completa da situação”. ( MAZZARA, 1999:37).

O conceito de estereótipo apresentado na década de 1920 por Walter Lipmann sustenta que a relação cognitiva com a realidade externa não é direta, mas feita através de imagens mentais que simplificam a sua compreensão. O seu efeito mais importante está na busca e valoração de dados da experiência pessoal, condicionado e influenciado pelo tipo de ambiente social, de hábitos de vida e da sucessiva reprodução, mesmo com novas informações que o contradizem.

De fato, Lipmann (1980) discute o mecanismo dos filtros que cada indivíduo naturalmente utiliza para relatar e interpretar o mundo. Segundo os estudos sobre a formação da opinião pública conduzidos pelo autor nos Estados Unidos, no final dos



anos vinte do século passado, tudo o que o homem não conhece ou compreende é uma mancha difusa, carente de precisão, distinção e estabilidade de significados. Como na maioria das vezes a tendência primeira é a de definir para depois olhar, “colhemos do mundo exterior o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber o que colhemos na forma estereotipada, também pela nossa cultura”. (LIPMANN, 1980:150). Então, a partir de um traço conhecido e próprio do repertório de cada um, a tendência é a construção de uma compreensão marcadamente estereotipada, sem espaço para o novo.

Nesse sentido, Lipmann defende a necessidade de se conhecer os filtros, as ideologias e os pressupostos que permeiam os discursos para conseguir localizar os estereótipos e compreender o significado dos atos e falas do outro, já que todo discurso tem o seu propósito. Para o autor, o relato sem conhecimento suficiente da realidade, a rapidez da análise e a tendência à simplificação do olhar são responsáveis pela manutenção e perpetuação dos estereótipos:

“As mais sutis e penetrantes de todas as influências são as que criam e mantêm o repertório de estereótipos. Dizem-nos tudo sobre o mundo antes que o vejamos. Imaginamos a maioria das coisas antes de experimentá-las. E a menos que a educação nos tenha tornado agudamente conscientes, essas pré-concepções governam profundamente todo o processo de percepção” (LIPMANN, 1999:156).

O movimento consciente de desvelar as relações de poder na sociedade e as nascentes dos estereótipos e das ideologias pode quebrar o que Lipmann define de pré-concepção, governadora das leituras de mundo e o que impede a atuação de um novo olhar e de uma nova percepção da realidade.

“O que importa é o caráter dos estereótipos. E estes, afinal de contas, dependem dos padrões totais que constituem nossa filosofia de vida” (...) “se a nossa filosofia nos diz que cada homem é apenas uma pequena parte do mundo, que sua inteligência capta, na melhor das hipóteses, simples fases e aspectos numa rede grosseira de idéias, ao utilizarmos nossos estereótipos tendemos a saber que são apenas estereótipos, a tratá-lo despreocupadamente, a modificá-los prazenteiramente. Tendemos também a compreender cada vez com maior clareza quando começaram nossas idéias, onde começaram, como nos chegaram, porque as aceitamos”. (LIPMANN, 1999:157).

O fato ocorrido no hangar da Vasp, ano passado, exemplifica alguns dos limites e algumas das possibilidades da aplicação, na prática cotidiana, dos conceitos de estigma, estereótipo e preconceito. Por outro lado, por serem territórios



comunicacionais delimitados localmente e também marcadores, no global, do espírito de uma época, encontramos nas rádios comunitárias o abrigo difuso das interdições e limitações do dizer e do compreender a atualidade do mundo. Portanto, *locus* privilegiado das possíveis mudanças e das mais variadas e autênticas ressignificações.

Tal assertiva pode ser observada nos relatos – igualmente interditados - dos coordenadores de quatro emissoras comunitárias que neste ano obtiveram licença para funcionar no município de São Paulo e cujos resumos transcrevemos abaixo<sup>4</sup>. Antes, porém, nos parece importante recuperar e contextualizar essa cronologia.

Em dezembro de 2006, duas décadas de vigência da Constituição Cidadã de 1988 e após oito anos da aprovação da lei 9.612/98, que dispõe sobre o Serviço de Radiodifusão Comunitária no Brasil, o Ministério das Comunicações expediu o primeiro Aviso de Habilitação para a Capital de São Paulo, possibilitando a existência legal de emissoras de baixa potência no município (GOMES, 2007b:37-53). A primeira rádio legalizada foi a da comunidade de Heliópolis, zona sul de São Paulo, em meados de 2007 (GOMES, 2007a).

Em dezembro de 2008, nova portaria ministerial autorizava o funcionamento de mais 33 pequenas emissoras na cidade. Em julho de 2010, um ano e meio após o anúncio oficial, vinte e duas emissoras<sup>5</sup> já estavam autorizadas a operar mas onze delas ainda esperavam liberação de seus processos pelo Congresso Nacional<sup>6</sup>. O fato é

---

<sup>4</sup> Esses relatos foram compilados das entrevistas produzidas por estudantes de Jornalismo participantes da Operação Ponto Final do Projeto Repórter do Futuro (OBORÉ), no início de 2010: Maria Carolina Gonçalves, Clara Romain, Paulo Favari; Ivan Torraca; Bárbara Vidal; Joelma Santos; Aline Ferreira dos Santos, Kelly Andrade e Aline Melo.

<sup>5</sup> Associação Cultural Comunitária Everest (Jardim Ângela, zona leste); Associação Cultural Comunitária Ternura de Perus (Jardim Adelfiore, zona oeste); Associação Cantareira (Vila Isabel, zona norte); Associação Cidadã (Vila Polopoli, zona oeste); Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Tucuruvi (Vila Mazzei, zona norte); Associação Cultural Amigos do Brooklin (Cidade Monções, zona sul); Associação Cultural Comunitária Asa Dourada (Jardim Marquesa, zona sul); Associação Cultural Comunitária da Paz (Jardim Moraes Prado, zona sul); Associação Cultural Comunitária do Imirim (Santa Terezinha, zona norte); Associação Cultural Comunitária Inteira Ação (Chácara Belenzinho, zona leste); Associação Cultural Comunitária LBR (Cidade D’Abril, zona oeste); Associação Cultural Comunitária Libertação (Parque Savoy City, zona leste); Associação Cultural Comunitária Zona Sul (Parque São José, zona sul); Associação Cultural Rádio Comunitária Tiradentes FM (Chácara Santa Etelvina, zona leste); Associação de Difusão dos Amigos de Vila Alpina (Vila Alpina, zona leste); Associação e Movimento Comunitário Beneficente Educativa Cultural Saúde FM (Vila Água Funda, zona sul); Associação Mensagem de Esperança ( Bom Retiro, centro); Sociedade Cultural Cívica Brasileira (Limão, zona norte); Associação Cultural Comunitária Princesa Isabel (Vila Princesa Isabel, zona leste); Associação Cultural Rádio Livre Comunitária Studio 100 FM (Pirituba, zona oeste); União de Moradores e do Comércio de Paraisópolis (Vila Susana, zona sul) e Associação Cultural de Radiodifusão de Vila Dalila (Vila Guilhermina, zona leste).

<sup>6</sup> De acordo com as informações monitoradas e sistematizadas pela OBORÉ ([www.obore.com](http://www.obore.com)) a partir da base de dados do Serviço de Radiodifusão Comunitária do Ministério das Comunicações, em 6 de julho de 2010, são elas: Associação Brasileira de Qualificação e Ensino Pró-Rádio (Vila Monumento, Zona Sul); Associação Casa da Cidade (Sumarezinho, Zona Oeste); Associação Cultural Comunitária Milênio (Itaim Paulista, Zona Leste); Associação Cultural Comunitária Pró Desenvolvimento Infantil de Parelheiros (Chácara São Silvestre, Zona Sul); Associação Cultural Comunitária Star Sul (Vila Santa Catarina, Zona Sul); Associação de Comunicação Comunitária Alvorada do Bairro Pedreira (Vila dos Andradas, Zona Sul); Associação Rádio Comunitária Caminho para a Vida (Jardim



que todas elas enfrentam novos desafios: talvez o principal deles seja o de descobrir, no dia a dia de suas existências legais, quais os novos tipos de negociação que terão que manter, enquanto estruturas estigmatizadas no campo maior da comunicação de massa, com os espaços e discursos estabelecidos da sociedade. Nesse sentido, a possibilidade de pesquisar e acompanhar as operações que darão suporte à construção de suas identidades – perfil de suas equipes, suas programações e seus ouvintes – é de fundamental importância para discutir, de forma crítica e consciente, o papel cultural e simbólico dessas 34 emissoras cravadas nas franjas das periferias da maior cidade do Brasil.

### **Interdições discursivas: identidades ainda em construção**

#### ***Rádio Âncora FM – Casa Verde, zona norte de SP***

José Martiniano Sobrinho sempre foi uma figura atuante no bairro Casa Verde, na zona norte de São Paulo. Foi juiz de casamento, subprefeito na gestão Jânio Quadros e presidente de Sociedade Amigos do Bairro. Desde 1971 dirige uma administradora predial, Âncora, também instalada no bairro. Seu primeiro contato com o mundo da radiodifusão foi em uma rádio clandestina de amigos, onde realizou o seu primeiro programa. A rádio fechou, mas o desejo ficou. Assim, em 1998, inscreveu sua rádio comunitária através da Sociedade Cultural Cívica Brasileira - entidade fundada por ele em 1976 - para tentar uma autorização de funcionamento. Conseguiu a licença em 2008 mas até agora a rádio não entrou no ar. “É uma grande conquista para o bairro”, diz Martiniano, para quem uma rádio comunitária é um meio de integrar a comunidade e a população regional, buscando os interesses comuns como saneamento básico, organização e divulgação de iniciativas culturais e beneficentes. A rádio Âncora ainda não tem sua programação completamente definida: “algumas ideias a gente tem, mas depois de dez anos, só vamos esquematizar a programação com a licença em mãos”, afirma Martiniano, que garante que, ao menos inicialmente, a rádio estará aberta à participação da comunidade. “A principal função do canal será a divulgação das carências da região e a mobilização das pessoas em torno das causas familiares. Mesmo sendo um bairro bem servido de políticas públicas, necessita de mais comunicação e a

---

Pérola II, Zona Leste); Associação Videomaker do Brasil (Vila Regina, Zona Oeste); Comunidade Spicilegium Dei de Amparo Social e Cristão (Jardim Belém, Zona Leste); Organização dos Moradores de Pirituba (Vila Pirituba, Zona Oeste) e União Social do Jardim Santana e Adjacências (Vila Rosaria, Zona Leste).



rádio vem para isso”, diz o diretor da Associação. A grade da rádio será dividida em programas musicais, culturais e de culinária. Os radialistas, colaboradores voluntários, deverão apresentar um planejamento claro do que pretendem levar ao ar. Sobre conteúdo religioso, Martiniano diz que não vetará mas restringirá o tempo destinado a divulgar cultos. Já as músicas, serão frequentes e de todos os estilos. Para sustentar a emissora, Martiniano pretende buscar apoio do comércio local em troca de divulgação. A Âncora FM atenderá aos bairros da Casa Verde, Limão, parte do Cachoeirinha e Freguesia do Ó, num raio de 1 km, como manda a legislação. A equipe da rádio já prepara uma grande festa de inauguração para apresentá-la à comunidade.

### ***Rádio Nova Paraisópolis, zona sul de SP***

Joildo Barreto dos Santos é o primeiro diretor de comunicação da União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis, criada em 1983 para evitar a remoção de cerca de 100 mil moradores da comunidade instalada em 800 mil metros quadrados em meio ao nobre bairro do Morumbi, zona sul de São Paulo. Entre as tarefas de Joildo está a organização da rádio comunitária Nova Paraisópolis, que obteve liberação para funcionar em março de 2010, após muitos anos disputando um lugar ao sol. Segundo Joildo, a maior dificuldade foi conscientizar os moradores do bairro sobre os benefícios que a rádio traria para a comunidade. Mesmo com a concessão, a rádio ainda não entrou no ar porque uma nova torre será construída para receber bem o sinal da antena. Bem equipado, os estúdios da futura emissora estão sendo montados sem doação alguma. Assim como Joildo, os outros colaboradores da União de Moradores e da rádio não recebem nenhum tipo de benefício financeiro, apenas quando há projetos pontuais patrocinados por algumas das 60 entidades atuantes na comunidade, dentre as quais o Hospital Albert Einstein, a Bovespa, os Amigos de Paraisópolis e o Unidos da Paz, que junto a mais 8 entidades, compõem o Conselho Comunitário, uma espécie de órgão regulador da rádio, e elegem seus representantes. Enquanto a equipe técnica ajusta os últimos detalhes dos equipamentos, a programação começa a ser estruturada pela equipe de radialistas. Entre os projetos, estão programas jornalísticos, peças voltadas à luta das mulheres por igualdade, um quadro de esportes, outro sobre cinema nacional e alguns sobre música - nordestina e MPB. Grande parte da programação será feita por moradores de Paraisópolis. Diferentemente das rádios comerciais, as comunitárias não podem passar propaganda que venda qualquer tipo de produto. “Já escutei algumas rádios comunitárias que fazem propaganda e nunca serem chamadas pela Anatel. Se



tudo o que o governo instituir como lei for seguida, a rádio não se sustentará”, diz Joildo.

### ***Comunitária da Vila Dalila, zona leste de SP***

Foi a partir da sugestão de um amigo que o repórter esportivo Washington Luis Pereira de Souza, com passagens pelas rádios Tupi, Metropolitana, Bandeirantes e Record, decidiu fundar uma rádio comunitária na Vila Dalila, distrito de Vila Matilde, zona leste de São Paulo, e ajudar o povo do bairro fazendo o que mais gosta: falar no rádio. E logo foi tomando as primeiras providências: fundou uma associação para trabalhos sociais na região, preparou a documentação e protocolou seu pedido de autorização de funcionamento de rádio comunitária junto ao Ministério das Comunicações. Ele também procurou apoio do comércio local, de instituições públicas e da própria Subprefeitura da Penha, mas nada conseguiu. Souza conta que, apesar de chateado, não desanimou. Foi diversas vezes para a porta de um supermercado na Av. Waldemar Carlos Pereira, um dos pontos comerciais mais movimentados da região, explicar sobre o projeto da rádio na tentativa de conseguir assinaturas para o abaixo-assinado, um dos requisitos para a conquista da licença. Em novembro de 2009, depois de oito anos de espera, a sua rádio foi uma das que conseguiu responder a todos os requisitos e trâmites legais para funcionar por dez anos. O prédio onde funcionará a pequena emissora já foi escolhido e os equipamentos quase todos instalados. Sozinho na empreitada, já gastou de seu próprio bolso cerca de trinta mil reais entre documentação, taxas, equipamentos, instalações e mão de obra. A nova emissora pretende promover cursos para crianças e jovens da comunidade, como técnicas de locução, oficinas de música e aulas de esporte, além de uma programação, segundo ele, diferente de outras rádios: “A ideia é fazer transmissão simultânea de jogos de futebol oficiais e campeonatos de várzea, com músicas de *flash back* durante os intervalos”. Para Souza, essa é a forma de homenagear a antiga Toco, a casa noturna mais badalada da Vila Matilde nos anos 1980.

### ***Studio 100 FM, Pirituba, zona oeste de SP***

A Associação Cultural Rádio Livre Comunitária Studio 100 FM já recebeu a esperada autorização de funcionamento. O presidente da Associação, Carlos Roberto Gomes Porto, o Tuca, afirma que a rádio começou a operar em 1996 de forma clandestina, mas sempre buscando a legalização: “gastamos muito para conseguir enviar



o projeto técnico e a documentação adequada. Eles pedem coisas para dificultar”, declara. A criação da rádio veio responder à necessidade de divulgação dos eventos do bairro de Pirituba, zona oeste de São Paulo: “os jovens do bairro faziam festas e queriam um meio para divulgar esses eventos”, declarou Tuca, que, em 1998, com os documentos usados para solicitar a rádio, conseguiu um canal comunitário de televisão pela Net para um programa que ia ao ar todo sábado, mas que não sobreviveu pelos altos custos de manutenção. Nesse mesmo ano, a rádio foi fechada após denúncias da Jovem Pan e da Transamérica. Para Tuca, o diferencial das rádios comunitárias é a amizade e a interação com os ouvintes. A Studio 100 recebe reclamações de ouvintes de Pirituba, Freguesia do Ó e Lapa, que são repassadas aos órgãos responsáveis nas reuniões realizadas no Conselho Comunitário de Segurança - Conseg, criado no bairro em 1985 e do qual participam, além de moradores, representantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Sabesp, Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) e Eletropaulo. Tuca diz que rádio comunitária muitas vezes é confundida com rádio pirata mas que tem diferença: “a comunitária deve pagar taxas e é fiscalizada pela Anatel; as piratas são consideradas crime e tem seus equipamentos apreendidos”. Ao comentar que gastou vinte e cinco mil reais para montar a rádio, afirma que pretende ter uma torre de, no mínimo, trinta metros de altura pois quanto maior a torre, maior o sinal. Ele tem muitos planos para o futuro: já criou um perfil da rádio no twitter e um site para transmissão via internet. O próximo passo é fazer um jornal da rádio e criar uma tv na web. A Studio 100 FM ainda não entrou oficialmente no ar mas para celebrar a sua inauguração prepara um *mega revival* para homenagear quem frequentou baladas históricas como a Sunday, na Freguesia do Ó; a domingueira Impacto, no Piritubão, a Subterrâneo e a Paradise, em Pirituba. É com otimismo que o radialista aguarda o início das transmissões: “isso é uma grande novidade nos meios de comunicação, tende a dar certo e ser grande. Quem souber trabalhar nas rádios comunitárias vai se destacar”.

### **Conclusão**

Há muito tempo está em campo no Brasil a luta pela democratização da comunicação, semeando a necessidade e o direito de distribuir a palavra e a voz de forma mais equitativa e democrática na sociedade. Sabemos que tanto o acesso aos meios quanto o conteúdo das informações são fortemente vinculados ao poder político e econômico, hegemônico e monopolizador. E vemos que iniciativas de ruptura desse



monopólio continuam encontrando fortes resistências, internas e externas, para operar: às vezes, atuam de forma legítima nas brechas do sistema estabelecido, mas nem sempre de forma legal, o que os torna alvos fáceis de todo e qualquer tipo de impedimento ou mesmo repressão; outras vezes, ainda com pouca consciência social e política e sem apostar na força das pequenas transformações, perdem-se em objetivos diversos e em interesses pessoais, o que igualmente enfraquece a luta.

Nesse sentido, é possível dizer que os veículos alternativos de comunicação, de expressão popular e comunitária, continuam à margem, nadando contra a maré das grandes linhas e do desenho rascunhado pela globalização. Mas podem ser, de fato, mais uma alternativa para contrariar e desmascarar o ideológico promovido pelos grandes meios. Resta compreender como, de que forma e sob quais condições essa miríade de pequenos e diversificados meios de comunicação, aqui incluídas as rádios comunitárias, teria condições de criar mais uma chance de avanço da história.

A intenção deste artigo, além de apontar mais um lugar de reflexão para atualizar e ressignificar o tema das interdições em rádios comunitárias, também foi colaborar nas reflexões sobre qual será o futuro deste rádio que, sem receitas financeiras para sobreviver, atua na perspectiva do trabalho voluntário e dentro de uma regulação impeditiva que o empurra ora para o campo estigmatizado ora para o campo estabelecido. Por outro lado, seja qual for sua real e verdadeira vocação - brinquedo, palanque, espaço educativo, aparelho mobilizador ou moeda de troca de projetos sociais, essa pequena emissora, por si só, já é um sistema de novas representações simbólicas e comunicacionais que emerge da arena social e passa a ocupar, legal e legitimamente, este cenário contemporâneo da diversidade. Trata-se de um rádio diferente, popular, que lutou décadas para existir, que tem ação local, que quer sobreviver e veio para ficar. Como diria Drummond, poeta maior: E agora, José?...

### **Referências Bibliográficas**

BERG, Creuza de Oliveira. **Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar** (1964-1984). São Carlos: EDUFSCAR, 2002.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Censura em cena: teatro e censura no Brasil: Arquivo Miroel Silveira**. São Paulo: Edusp; Fapesp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Questões de Arte: a natureza do belo, da percepção e do prazer estético**. São Paulo: Editora Moderna, 1999.



ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Orgs.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986.

GOMES, Ana Luisa Zaniboni. **Escutar e ouvir**. Ministério da Cultura - Revista Cultura e Pensamento. Brasília, nº 01, pp. 76-81, maio/junho 2007a

\_\_\_\_\_. **Na boca do rádio: o radialista e as políticas públicas**. São Paulo: Hucitec/OBORE, 2007b.

LIPMANN, Walter. Estereótipos. In STEIMBERG, Charles S. (org). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1980.

MAZZARA, Bruno M. **Estereótipos e prejuízos**. Madri: Acento Editorial, 1999 (col. Flash).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio no Movimento dos Sentidos**. Campinas, Unicamp, 1997.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. São Paulo: Summus, 1985.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. Rádios comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão. In: MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina e SATHLER, Luciano (org). **Mídia Cidadã, utopia brasileira**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 17, p. 131-146, jun. 2009.

### Referências Eletrônicas

Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. **Ação da Anatel em SP remete aos tempos da ditadura e da Inquisição**. Disponível em [http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont\\_key=364471](http://www.fndc.org.br/internas.php?p=noticias&cont_key=364471). Acesso em: 09.04.2009.

Observatório do Direito à Comunicação. **Anatel destrói ilegalmente 8 toneladas de equipamentos**. Disponível em: <http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/noticias.php?id=4857>. Acesso em: 10.04.2009.

OBORÉ. **Dossiê Radiodifusão Comunitária de SP**. Disponível em [http://www.obore.com.br/cms-conteudo/104\\_radiocomunitaria.asp](http://www.obore.com.br/cms-conteudo/104_radiocomunitaria.asp). Acesso em: 13.07.2010